

REVISITANDO ASPECTOS DA QUESTÃO URBANA

Brasilmar Ferreira Nunes*

Resumo

O presente artigo procura delimitar algumas das dimensões que caracterizariam os processos sociais hoje, com o intuito de inseri-los nos estudos sobre a problemática urbana. Particularmente, evidencia a importância de incorporar neste campo manifestações mundializadas de práticas sociais possíveis graças, sobretudo, ao avanço técnico/científico, destacando a roupagem que assumem em nossa sociedade. Para tanto, faz-se a recuperação crítica dos grandes eixos do debate sobre o urbano na América Latina evidenciando alguns de seus limites e apontando para a atualidade teórica e política destes estudos entre nós.

Apresentação

Sobretudo a partir do final da década de 60 a questão urbana ocupou na América Latina e no Brasil um espaço importante na produção das Ciências Sociais. Reforçada, nos anos 70, pela eclosão de uma série de movimentos sociais que apareceram como contestação a uma ordem social excludente, a produção teórico-acadêmica sobre o urbano terminou por privilegiar aspectos mais palpáveis da realidade social, concentrando esforços nas análises das "carências urbanas" (Nunes, 1989; Krishke, 1989).

A idéia de carências estava ligada a uma gama variada de dimensões do social, sejam as de natureza política (ausência de cidadania), social (o não atendimento dos chamados bens de consumo coletivo), econômica (a dificuldade de acesso a postos de trabalho formal) e mesmo cultural (os impasses de um rápido processo de urbanização sobre os modos de vida dos indivíduos e grupos sociais, decorrente do processo migratório).

A relação Estado/Sociedade Urbana assumiu um lugar privilegiado nas análises, situação esta reforçada por um agudo e constante embate que caracterizou parte substancial da intelectualidade brasileira e a estrutura do poder estatal. Em última instância, eram as políticas públicas que dominavam as temáticas; na maioria dos casos perpassava os estudos uma concepção instrumentalista do Estado, preso a um impasse estrutural, qual seja, sua incapacidade em ofertar bens e serviços para uma demanda que crescia exponencialmente. Tratava-se, no fundo, de uma incompatibilidade entre oferta e demanda de bens materiais e, algumas

* Professor Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

vezes, simbólicos, o que provocava as chamadas contradições urbanas.

Curiosamente, aspectos importantes da evolução social brasileira ligados ao fenômeno urbano foram deixados em plano secundário. O processo de urbanização enquanto fato cultural vai, pouco a pouco, moldando novos interesses, novos grupos sociais. Ao mesmo tempo a intimidade que a sociedade urbana - particularmente a metropolitana - começa a estabelecer com processos culturais mundializados vai redefinindo a vida nas cidades. Inserida em uma lógica planetária, instrumentalizada pela revolução científica e tecnológica que, facilitando o intercâmbio, induz novas relações entre os indivíduos e nacionalidades, a sociedade latino-americana chega, neste fim de século, envolta em uma situação peculiar: permanecem os sinais de um subdesenvolvimento crônico, ao lado de uma sociedade complexa e integrada na ordem mundial.

Antecedentes do debate

As análises do processo de urbanização no capitalismo priorizam a cidade como a responsável ou como o resultado da materialização de relações sociais características deste modo de produção. O seu tratamento teórico apresenta-se, em decorrência, segundo um enfoque duplo: de um lado, é vista como um resultado de um processo sócio-econômico e, de outro, aparece em si mesma como um fenômeno sócio-econômico. Assim, tendo a lógica da formação das cidades ligação estreita com a dinâmica geral deste modo de produção, tanto o processo de urbanização como o urbanismo vão se caracterizar por manifestações específicas desta dinâmica.

1. Trabalho e estrutura social

Estes aspectos gerais nos chamam a atenção para certos pontos que merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as bases teóricas da sociologia em suas diferentes correntes sustentam-se no paradigma do trabalho como o principal fato social. É a partir deste pressuposto que se constrói toda a reflexão sobre o social.

Foi com a revolução industrial do século XIX que ocorreu a ruptura na lógica até então dominante, dando ao "trabalho" um caráter autônomo, *vis-a-vis* das demais esferas da vida cotidiana. Fenômenos tais como: separação da família da esfera da produção, diferenciação da propriedade privada e do trabalho assalariado e, sobretudo, a possibilidade de personificar o trabalho na categoria social do trabalhador passaram a compor as referências do social (Offe, 1989). A regulação das relações sociais determinantes estaria, assim, na generalização do "trabalho livre", sustentado por um mercado, que se vê objetivado a partir da necessidade de obter meios de subsistência fora da unidade familiar de produção.

Decorrente deste quadro analítico, sobretudo no marxismo clássico, a produção material, movendo-se na contradição entre a produção e a valorização do capital, vai determinar a essência da estrutura social. Esta determinação atua não só no sentido da conformação de uma coesão social, como também, nas formas de resistência ao *status quo* sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Em segundo lugar, e nesta mesma linha, as análises sociológicas sobre a urbanização vão priorizar, também, a estruturação do mercado de trabalho como o fato principal na explicação do fenômeno urbano. Visto enquanto resultado de uma específica divisão do trabalho, as teorias sobre o urbano passam a privilegiar as características do seu mercado de trabalho, em contraposição àquele rural, agregando-se aí as condições gerais da reprodução coletiva do trabalhador. Além do mais, a uma contradição campo/cidade latente no capitalismo agregava-se aquela de cunho mais particular, manifesta na relação entre esta divisão social regulada pelo mercado e a divisão técnica, a cargo da gestão da "força de trabalho" empregada nas atividades produtivas. Em outras palavras, a estruturação do social movia-se no interior de um campo antagônico onde à anarquia do mercado se contrapunha o planejamento minucioso e rígido das unidades produtivas. Cidade como mercado de trabalho aglomerado e ditado pelas necessidades e exigências do capital industrial é a conclusão geral a que chegam alguns dos estudos mais difundidos.

2. O individual e o coletivo nas análises urbanas

O entendimento do fenômeno urbano, ou melhor, a compreensão das leis de sua evolução, exigiu dentro destes parâmetros, um esforço intelectual adicional. Em termos amplos, pode-se dizer que o próprio conceito de urbano passou a ser, muitas vezes, entendido como sendo a aglomeração, a cidade. Visto então enquanto um fenômeno físico, definido institucionalmente, os "fenômenos urbanos" seriam aqueles que ocorressem neste espaço. Decorre daí toda uma produção teórico-acadêmica que vai encontrar suas raízes em duas vertentes da sociologia: de um lado, a "escola americana", representada, sobretudo, pela corrente de Chicago, e, de outro, pela "escola européia", particularmente a produção francesa e inglesa. A ênfase da primeira corrente se dá, sobretudo, em análises empíricas calcadas em manifestações cotidianas da vida na aglomeração no seus aspecto micro, do bairro, da vizinhança, etc. O respaldo conceitual é o indivíduo, portador de uma racionalidade própria que procura maximizar seus interesses (Hannerz, 1980; Grafmeyer, 1984). A corrente européia, em oposição, vai se concentrar no coletivo, nos grupos e nas classes sociais com suas diferentes práticas face ao Estado (Castells, 1976; Lojkin, 1977).

A produção latino-americana vai cair neste impasse teórico, o que, em face da nossa realidade, implicará dificuldades analíticas substanciais. De fato, o capitalismo sempre se caracterizou pela

coexistência de processos de trabalho distintos, o que deu margem a uma série de análises equivocadas, calcadas em teses tais como: articulação de modos de produção, setores atrasados e setores modernos, formal e informal, etc. Fenômenos localizados e produzidos dentro de uma mesma lógica eram representados enquanto processos contrários, antagônicos, em tensão permanente. Mais uma vez aí, a construção indutiva do conceito iria caracterizar o urbano subdesenvolvido como o lugar onde o pólo negativo destas equações era dominante. Estaria aí, talvez, alguns dos fatores que poderiam explicar a dificuldade da sociologia urbana latino-americana incorporar elementos específicos nas suas reflexões. Se nos determos no caso brasileiro, por exemplo, podemos ir mais longe ainda: o impasse a que chegou tanto a política urbana quanto sua institucionalização poderia, neste caso, estar associado a uma produção teórica que não permite maiores desdobramentos no nível da ação concreta que não seja a ruptura radical da ordem estabelecida, consubstanciando parte dos limites da ação do Estado sobre o urbano. A impossibilidade teórica de articular as estratégias de classe e de grupos sociais com expectativas individuais em face da vida na cidade levou a que as duas abordagens passassem a ser vistas como incompatíveis, de impossível convivência, caindo muitas vezes em um dogmatismo grosseiro sem bases reais no plano da vivência cotidiana. Esta observação pode ser estendida tanto para os que trabalharam com a chamada corrente "americana" como com a "européia"; este raciocínio poderia, provavelmente, estender-se para o conjunto da região, sobretudo naqueles países com maior grau de urbanização.

3. A presença do Estado

Por outro lado, da mesma forma que a categoria "trabalho" se apresentava como determinante na explicação da inserção no social, a categoria "Estado" era privilegiada como sendo a manifestação completa e acabada do "poder". É sintomática a evolução da forma segundo a qual o Estado se ocupou, ao longo do tempo, do fenômeno urbano: inicialmente, a questão urbana é vista como a falta de infra-estrutura necessária à vida na aglomeração; em seguida, como um fenômeno complexo, implicando políticas mais amplas de controle de fluxos de investimentos e de população no espaço nacional. Em última instância, a questão urbana vai, pouco a pouco, transformando-se em questão nacional, intimamente ligada à política do Estado (Schmidt, 1983; Nunes, 1987).

No caso latino-americano, como não poderia deixar de ser, a distribuição interna da população estando ligada à dinâmica da urbanização está determinada pela localização dos investimentos econômicos, o que implicará um modelo espacial concentrador. Esta lógica concentradora encontra respaldo teórico na concepção de cidade implícita ou explícita nas políticas econômicas e sociais levadas a cabo pelo Estado. Assim é que, segundo as hipóteses

teóricas inseridas nas estratégias econômicas governamentais, a cidade passou a ser vista como o lugar das economias de aglomeração, entendida e tratada, portanto, como uma "grande empresa". Neste sentido, a ação do Estado deveria ir na direção de permitir a geração destas economias e de garantir a sua reprodução, necessárias à atividade industrial. Em outras palavras, o Estado em sua ação deveria ser eficaz tendo como parâmetro uma eficácia procurada pelo sistema (Cartelier, 1977).

Os resultados destas estratégias são por demais conhecidos: repete-se no urbano latino-americano as características básicas das grandes cidades do chamado mundo subdesenvolvido, onde a opulência e a miséria convivem em um ambiente de extrema tensão. Decorrem daí os problemas que afligem as nossas principais cidades, caracterizando a "crise urbana" na linguagem da tecnocracia que conduz as ações do Estado no continente.

Naquele contexto, os movimentos sociais urbanos contrapunham-se ao Estado visto como núcleo síntese do poder, estabelecendo-se nesta relação uma visão ambígua das ações estatais. De um lado, apresentava-se como o interlocutor privilegiado nas questões ligadas à qualidade de vida urbana, afinal, a oferta dos bens coletivos estava a seu encargo; de outro, sintetizava as responsabilidades gerais dos grupos dominantes na conformação de uma estrutura social excludente.

A própria necessidade de se organizarem coletivamente para enfrentar uma "esfera coletiva" do poder colocava implicitamente a percepção de que, no fundo, tratava-se de uma relação entre "poder" e "não-poder". O primeiro representado pelo Estado e o segundo pela Sociedade Civil, multifacetada em diferentes interesses dos dominados. As ações estatais, via políticas públicas, passaram a ser vistas pelos movimentos sociais enquanto um espaço privilegiado das classes dominantes, caracterizado por manipulações escusas, profissionalismo político, ausência de ética etc.

Os desdobramentos atuais

1. O "estar no mundo" ou a planetarização do social

Em primeiro lugar, é importante lembrar que neste fim de século consolida-se definitivamente um processo que estava presente já na era do mercantilismo: à universalização do comércio, seguiu-se a universalização da produção e agora a do consumo. Este encadeamento da lógica do capital que reflete, de fato, a planetarização das sociedades e de suas práticas, vai implicar novos questionamentos teóricos. Referimo-nos, por exemplo, à própria noção de país: o espaço físico-territorial da nação, no qual vão incidir ações estatais, tornou-se um espaço de múltiplas determinações,

algumas destas guardando autonomia em frente daquelas de natureza local/nacional. Um espaço cultural que se definia por critérios de natureza política, histórica, social e econômica passa a incorporar também a dimensão planetária. As multinacionais foram as responsáveis iniciais deste processo que atinge uma amplitude tal que incorpora ações de política nacional, unificação institucional de mercados, etc., do qual a Europa de 1992 parece ser o exemplo mais acabado e onde também deve ser inserida a América Latina, a Ásia, etc. O efeito imediato deste processo - embora de difícil percepção - é a equalização da produção, do consumo e da gestão das práticas sociais.

A cultura que aparecia como o símbolo por excelência das identidades nacionais começa a mostrar resistências cada vez mais débeis frente à universalização das práticas sociais. Neste processo, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, as facilidades de locomoção, dentre outros, vão, paulatinamente, influenciando os modos de vida das sociedades nacionais dentro de uma lógica homogeneizante das práticas cotidianas. Cria-se, pouco a pouco, a sensação de "estar no mundo" em uma clara indicação das possibilidades de uma identidade que transcenda o nível local e mesmo nacional.

Visto a partir das sociedades latino-americanas este movimento aparece como sendo a imposição de uma determinada lógica exógena aos padrões sociais internos. As ambigüidades deste processo estão presentes mesmo nas sociedades mais avançadas do capitalismo mundial. Nestas a identidade do nacional está calcada sobre uma história longa e plena de fatos marcantes que terminam por consolidar, dentro de um contexto multicultural, práticas nacionalistas de difícil superação; ao mesmo tempo, a identidade tem aí fronteiras territoriais e culturais vistas também como produto desta mesma história. Aqueles que estão fora deste processo, mesmo sendo produto de uma história expansionista destas sociedades "modernas" são vistos como o "outro" do processo, a partir de um olhar sedimentado e crispado sobre suas próprias identidades.

O "terceiro mundo", e particularmente suas cidades, visto enquanto mundo subdesenvolvido, a barbárie do processo ocidental, não surge em momento algum como o resultado da expansão das práticas sociais daquilo que se convencionou chamar de "Ocidente". Apesar de ciente desta diferença, o nacionalismo, em nosso continente, começa a dar sinais de mudanças qualitativas nas suas práticas sociais e políticas, em um processo contraditório que oscila entre a consciência do nacional e a inexorabilidade da unificação de mercados com suas trocas materiais e simbólicas. Todo este fenômeno não consegue descartar o fato evidente de que esta sensação de "estar no mundo" vem carregada de uma precariedade absoluta das condições de sua concretização, ressaltada em um espelho onde a imagem refletida é a de uma sombra alucinante, ou o inverso de um narcisismo positivo, um "Dorian Gray" ao avesso.

2. *As novas territorialidades*

Internamente, redefine-se o território, observa-se uma completa mudança em sua organização: novas unidades, novas regiões, novas sub-regiões em formação que se antepõem àqueles espaços figurativos de macro-regiões que a problemática urbana está habituada a se referenciar (Becker, 1972). À uma divisão internacional do trabalho em mutação agrega-se uma divisão social e uma divisão técnica, que também vai se transformando em direção a esta lógica homogeneizante. Da distinção entre uma unidade de produção fabril, com seu planejamento interno caracterizado por uma rigidez absoluta do tempo e ritmo, à necessária "anarquia" do mercado, e a unidade agrícola cada vez mais próxima daquela fabril (urbana?), com dinâmica similar, vai se consolidando também a homogeneização do mercado de trabalho no nível nacional e continental.

Redefine-se a tradicional relação campo/cidade. De um lado, o esvaziamento populacional do campo poderá transformar os estudos sociológicos rurais em estudos de minorias, como parece ser, por exemplo, o caso das sociedades européias. De outro, altera-se a feição da agricultura enquanto atividade econômica. Os avanços na biotecnologia, na genética, deverão transformar as atividades rurais em unidades supermodernas, com baixa capacidade de absorção de trabalho vivo, e níveis extremamente elevados de produtividade. Em outras palavras, deixa-se de lado o lavrador e entra-se na era dos complexos agrícolas altamente especializados. A agricultura para exportação no Brasil, por exemplo, está integrada neste movimento, haja vista a situação de concorrência no mercado internacional. Sujeitos à mesma lógica, o resultado é a indiferenciação do trabalho urbano e rural.

Este processo vai ter seu impacto mais imediato no aumento da mobilidade do trabalhador. Por um lado, a rotatividade no emprego passa a ser encarada como algo quase que inerente à sua condição; a estabilidade passa a ser vista como condição de exceção, mais do que regra do mercado de trabalho. Esta mobilidade deve ser vista não apenas na sua manifestação territorial, mas também, e sobretudo, setorial. Será agora determinada, em sua dinâmica, por práticas sociais definidas por categorias de emprego e por políticas das empresas. Mesmo a rotatividade operária, por exemplo, passa a ser vista, em alguns casos e pelos próprios trabalhadores, como a possibilidade de "melhorar", o que praticamente vai caracterizar um vaivém da força de trabalho.

É necessário ressaltar que pesquisas recentes vêm demonstrando que a própria informalização da economia termina por ser encarada, também, como uma "opção" do trabalhador. Dada a baixa remuneração do mercado formal, o indivíduo nele entra com o intuito de se capacitar profissionalmente para, posteriormente, tornar-se um autônomo. Práticas de vida são, assim, confrontadas com

práticas de grupos e classes que, nem sempre, levam a uma uniformidade de aspirações (Castano, 1989; Morice, 1989).

3. A modernidade obrigatória

Agrega-se aqui uma outra especificidade, qual seja, a rápida obsolescência dos equipamentos que pode implicar, também, uma depreciação na capacidade profissional. Esta situação termina por reforçar estratégias de seletividade por parte das empresas.

Além do mais, na terciarização da economia e na informatização de amplos segmentos produtivos é possível detectar uma dinâmica onde o comportamento do mercado induz uma elevada mobilidade setorial. Os profissionais da área são induzidos à mobilidade pela política de manutenção de baixos salários relativos; suas oportunidades também se multiplicam em alternativas na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Esta mobilidade entre setor industrial, comercial e de serviços, indicaria, em tese, um profissional capaz de se alocar em distintos pontos de trabalho. Este fenômeno, comum às estruturas econômicas mais complexas já vem ocorrendo em diferentes realidades urbanas na América Latina. Trata-se de um movimento no interior do mercado de trabalho mas que não significa a solução da crise de emprego, característica de nosso continente. Ao lado de uma modernização consolida-se pólos de miséria, em uma verção daquilo que os filmes de ficção científica já vêm prevendo há um certo tempo.

Observa-se, neste processo, diferenciações ao nível das empresas em suas estratégias de modernização. De um lado, há uma predisposição generalizada para a adoção de medidas modernizantes em todos os setores da economia. Entretanto, são, sobretudo, as grandes empresas que conseguem investir em tecnologia, assumindo os altos custos decorrentes. Neste contexto, as transnacionais dominam os níveis estatísticos de investimento em tecnologias industriais e mantém um diferencial tecnológico considerável em relação às demais empresas. Esta assertiva se estende às empresas prestadoras de serviços e comércio: tecnologias de *marketing*, operação, transporte e distribuição, que terminam por repassar aos seus fornecedores parte de suas inovações com o intuito de manter o nível de produção. As empresas menos rentáveis estão sujeitas, com maior vulnerabilidade, às vicissitudes econômicas, não só em momentos de crise, mas, regularmente, no próprio contexto da competição. Assim, a modernização está se tornando um fator de grandes implicações para o ingresso e a permanência no mercado. Desta forma, seguir a dinâmica tecnológica é atualmente uma exigência e não uma opção.

As sociedades latino-americanas, exercendo um papel de subsidiárias neste mercado mundial, colocam algumas questões que devem estar na ordem do dia: o que significa, para nós, a reestruturação e a aceleração de investimentos? Como administrar o

atraso tecnológico dos complexos industriais existentes? Quais as mudanças que estão ocorrendo na nossa economia e naqueles na vanguarda do processo? São questões que irão bater diretamente no espaço urbano, onde os impactos econômicos e, sobretudo, sociais deste movimento deverão se manifestar com maior veemência. De outro lado, a natureza das atuais inovações tecnológicas acelera ainda mais o ritmo das mudanças. O papel social situa-se hoje em um movimento instável entre a extrema socialização das rotinas da vida social e, no reverso, uma tendência ao isolamento da vida individual. Entre estas duas tendências, o progresso tecnológico está permitindo o aparecimento de novas relações de trabalho, novas formas de apropriação do espaço social, através da informatização do cotidiano e da mídia eletrônica (Mercier, 1984). A idéia tradicional de "manufatura" passa a ser um arcaísmo conceitual. As transformações estruturais são produzidas e induzidas não apenas pela substituição da manufatura por serviços mas pela introdução de atividades de "serviços" e componentes "inteligentes" no interior mesmo da manufatura e dos próprios produtos.

A reestruturação em curso, viabilizada pela generalização da robótica e pela automação, vai tornar indispensável e necessária a participação cerebral do trabalhador qualificado e tecnicado, modificando a importância da atividade manual no processo produtivo. A revolução industrial que praticamente garantiu a consolidação do capitalismo, foi responsável por transformações substanciais na vida dos indivíduos. De um lado, provocou mudanças globais na divisão social do trabalho, cujos efeitos mais visíveis se manifestam justamente na irreversibilidade do processo de urbanização mundial. Em paralelo, e em decorrência, as sociedades urbanas transformam o cotidiano das pessoas, interferem nas tradicionais organizações sociais (família, religião, práticas sociais, de grupo, etc.), em um movimento sem retorno em direção às atuais formas de vida. Este cotidiano redefine também as barreiras do público e do privado, do individual e do coletivo, do mundo mais do que da nação. De uma sociologia das estruturas, característica da produção intelectual nos anos 60, passamos para aquela dos atores nos anos 70 e 80 e estamos, agora, incorporando a análise das representações como dado essencial na compreensão de certos fenômenos sócio-políticos e econômicos.

Nova urbanização e novos modos de vida

1. A cidadania "excêntrica"

Um elemento a ser incorporado neste processo refere-se aos impactos que o mesmo provoca sobre o modo de vida das pessoas e dos grupos. Coloca-se a necessidade de entender as novas estratégias

de socialização, que não podem mais ser pensadas apenas no nível local/nacional, mas sim com base em princípios universalmente aceitos. A implantação de tais princípios, mais ainda o seu aceite tácito pelas sociedades nacionais, é um processo pleno de impasses e ambigüidades. Constrói-se, ou melhor, tenta-se construir um tipo de cidadania que aparece como que excêntrica, ou com uma definição centrada "em alguns lugares" da história e, por isso mesmo, desviante na medida em que é construída como algo "ideal". É evidente que cada nação mesmo aderindo a esses princípios vai ter, por causa de seu percurso histórico, uma história de cidadania, a qual em confronto com este processo mundializado faz com que estes apareçam como algo "fora do lugar" (Girard, 1990). É nesta relação entre os princípios gerais, mudando na história e na heterogeneidade das situações singulares, que se situam as ambigüidades do processo em curso.

Às tradicionais formas de organização política (partidos, sindicatos etc.) agrega-se um novo fenômeno - a opinião pública - forjado em estratégias de *marketing* desenhada por empresas especializadas. O efeito mais imediato é o surgimento de diferentes temáticas da militância política envolvendo minorias raciais, sexuais, religiosas e temas tais como a ecologia, a paz, etc. Todos estes processos novos e mesmo alguns aspectos dos mais tradicionais estão exigindo uma mudança nos parâmetros analíticos pois estão tocando um aspecto crucial: trata-se de movimentos éticos, envolvidos em um processo social que coloca a necessidade de construção de uma "nova ética", de uma "nova moral". Insistimos em que não se trata de uma problemática específica das sociedades de capitalismo avançado; o fenômeno é mundializado, com tendências a redefinir a estrutura social nas sociedades subordinadas, inclusive com possibilidades de aumentar o fosso social.

2. O(s) lugar(es) da política

A ambigüidade do processo social no urbano vai então se caracterizar de um lado, pela necessidade de se contrapor ao poder estatal e, de outro, pelos seus efeitos enquanto mecanismos sociais que permitem o aparecimento de novas formas do exercício do poder, diferentes do Estado, porém a ele articulados de maneiras variadas e, inclusive, indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz. Esta ambigüidade vai estar presente nas diferentes instâncias de organização institucional do poder (nacional, estadual e local) e termina por evidenciar e provocar uma expansão, por toda a sociedade, dos seus mecanismos (Foucault, 1989).

Em uma perspectiva sociológica podemos afirmar que a idéia de classe social deixaria de ser uma categoria criadora de identidade, e que os movimentos sociais ocupam um espaço político positivo no sentido de serem também o lugar de consolidação da cidadania. Alargam as fronteiras da política, através de suas formas de organização. Neles, aponta-se a autonomia dos sujeitos coletivos, que

buscam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas (Sader, 1988).

Adicionalmente evidencia-se o fato de que os interesses "periféricos" não são absorvidos ou confiscados pelos aparelhos do Estado nem reduzidos a uma forma de manifestação do poder central. É neste sentido que poderíamos falar em uma certa autonomia dos níveis de poder frente ao Estado e, mais ainda, que as transformações que ocorrem nestes níveis não estão ligadas mecanicamente às mudanças ocorridas no âmbito deste Estado. Mesmo que este procure expandir suas áreas de domínio, as múltiplas redes de poderes existente nas sociedades modernas não são necessariamente uma extensão dos efeitos do Estado ou uma simples difusão de seu modo de ação.

Estas observações são importantes para se entender a relação da sociedade civil com o Estado. É necessário entendê-las enquanto resistências que se chocam, no sentido em que refletem práticas de poderes que se distribuem por todos os pontos da estrutura social. As ações estatais sobre o urbano, viabilizadas por uma tecno-burocracia com uma identidade ambígua, cujas ações independem das vontades individuais de seus membros, vai caracterizar uma máquina ideologizada, contrapondo-se a um social de difícil delimitação, com pontos de tensão móveis e transitórios (Marques Pereira, 1989). A rigidez das ações públicas estaria como que "ocorrendo atrás da história" em uma estratégia inglória de "apagar incêndios" em uma eterna tentativa de dominar e ampliar o espaço de dominação estatal.

3. Política urbana e igualdade

A impossibilidade estrutural do tratamento igualitário dos grupos e mesmo dos indivíduos vai ser o diagnóstico conclusivo da ação da política urbana. A uma segmentação do social, complexifica-se e multiplica-se a ação segmentada do Estado e da política urbana, que trata de forma diferenciada os grupos sociais, tentando minimizar o fato de que no plano da cidadania é necessária a igualdade. Se, de um lado, pode-se falar em uma expansão dos benefícios advindos das políticas sociais, de outro, é inegável a queda na qualidade dos serviços prestados, os quais se apresentam em um nível de degradação incompatível com o discurso da cidadania. Os exemplos da política habitacional, da saúde, da seguridade social, da política educacional, dentre outros, são ilustrativos e, guardadas as diferenças, comuns tanto para as sociedades de capitalismo avançado e principalmente para as demais. Com a democratização ocorrida na América Latina nos últimos anos as despesas com saúde, transporte, habitação e educação foram objeto de intensos debates. Com o fim da ditadura em alguns de seus principais países, a busca de uma crescente legitimidade passava por um aumento destas despesas e, em decorrência, por uma diminuição das desigualdades. Em outro sentido, poderíamos mesmo pensar que tais despesas materializariam a função

de legitimação; poderíamos mesmo insistir sobre o papel integrador à ordem capitalista que as ações estatais, via políticas sociais, exercem (Offe, 1984). Entretanto, a crise financeira leva ao esforço de redução dos déficits do Estado e representa, desta forma, um obstáculo à expansão destas despesas. Neste contexto, os critérios orçamentários balizam-se pela capacidade de financiamento ao invés da necessidade de financiamento (Salama, 1989). Articulam-se portanto dois níveis de impasses na relação Estado e sociedade: de um lado, a crise de racionalidade do sistema, originária na dimensão econômica mas com reflexos substanciais sobre a esfera política e, de outro, a crise de identidade que tanto vai se manifestar no sistema político (legitimidade) ou no sistema sócio-cultural (motivação) (Habermas, 1980).

4. A rigidez do Estado

Ao lado da procura de uma eficiência determinada e exigida pelo sistema, a prática administrativa vem se caracterizando por uma rigidez extrema da administração em operar mudanças. Esta situação é tanto mais paradoxal quando se observa o conjunto de processos sociais que movimentam a sociedade, onde o Estado, através da tecno-burocracia aparece, de fato, como o principal entrave à modernização do país. Aliás, todas as análises sobre a crise urbana vêm carregadas de uma percepção que a vê como um dado objetivo, passível de manipulação ou então como algo que pode ser definitivamente controlado e resolvido por ações e medidas puramente administrativas. Escapa deste enfoque o fato de que, conforme já enunciamos, os processos sociais hoje não podem ser vistos apenas como impactos de processos nacionais/estatais. Logo, a ação do Estado é carregada de limites de difícil superação. É preciso perguntar se a saída neo-liberal onde o mercado é visto como capaz de uma ação mais racional é a solução dos graves problemas que as sociedades urbanas enfrentam em nossos dias. Sobretudo se concluirmos, à luz das reflexões e dos fatos, que o diagnóstico da política urbana demonstra a impossibilidade estrutural do tratamento igualitário dos grupos e mesmo dos indivíduos por parte do Estado. As práticas governamentais, basicamente a chamada política social, terminam por privilegiar uma "visão de fora" do contexto sobre o qual atuam, em detrimento da interpretação que fazem os atores de si mesmos, ou melhor, ao sentido que eles próprios atribuem à crise da qual são vítimas.

A título de síntese

A discussão sobre o urbano esteve predominantemente voltada à procura de soluções aos graves problemas que afligem parcela substancial de nossas populações. Com exceção de alguns autores (dentre os quais caberia, por exemplo, lembrar o conjunto da obra do

professor Milton Santos), os textos mais difundidos vão no sentido de diagnosticar problemas onde, implicitamente, estão colocadas propostas de solução. Esta postura encontra, pelo menos, duas razões de base: de um lado, a ênfase das análises nas "carências sociais" e, portanto, na ineficaz atuação do Estado; de outro, no próprio campo teórico do urbano que, em sendo multidisciplinar na sua natureza, tem encontrado dificuldades em construir um discurso próprio que lhe dê legitimidade.

Sobre estas duas razões seriam necessárias longas discussões envolvendo diferentes correntes do pensamento. No nível da relação Estado e urbano, por exemplo, a dificuldade em institucionalizar decisões pode estar refletindo, além de outros aspectos, uma incapacidade da teoria em delimitar seu objeto, mesmo porque não existe ação política sem uma teoria que lhe dê respaldo e sustentação. Quando se acaba com um "Ministério do Desenvolvimento Urbano" e, praticamente, todas as suas funções são repassadas para um "Ministério da Ação Social", isto é, também, o reflexo da ênfase teórico-analítica nos déficits sociais e, nada mais coerente que, na ótica do Estado este seja por excelência o lugar do tratamento clientelista.

No nível da produção acadêmica conhecemos razoavelmente as dificuldades institucionais em se trabalhar com a "ciência departamentalizada", tal e qual a temos entre nós. Esta dificuldade termina por inviabilizar esforços teóricos sobre o urbano, objeto pensado indutivamente, delimitado fisicamente, com larga tendência ao tratamento pontual dos fenômenos. A vida nas cidades se confunde com a vida urbana, quando de fato o processo de homogeneização no qual estamos inseridos acaba por generalizar pelo conjunto do social, práticas de produção, circulação e consumo.

Se se aceita este processo como definitivo poderíamos considerar que os estudos sobre o urbano (diferente dos estudos nas cidades) estão, portanto, imbricados àqueles sobre a modernidade. Transformações sociais, novos estilos de vida decorrentes dos processos tecnológicos e da mundialização das práticas sociais estão a exigir um esforço de síntese. Na nossa situação, estes processos não só interferem nas formas tradicionais da vida social na medida em que recriam formas novas de existência (novos grupos, novos produtos, novas ideologias), como estão a indicar mecanismos de exploração cada vez mais rígidos. Além do mais as longas crises vivenciadas em todos os planos da vida social terminam por dar à nossa existência um caráter de precariedade onde a sensação de exterioridade frente ao futuro que se constrói está implicitamente presente. Neste quadro a teorização sobre estes fenômenos adquirem uma atualidade e uma urgência ímpar e indicam a multidisciplinariedade como aquela abordagem capaz de responder às questões que se colocam. Os estudos urbanos encontram aí a sua atualidade.*

* Artigo recebido em novembro de 1991.

Bibliografia

- BERTA, Berta (1982). *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARTELIER, L. (1977). "Planificación, politique industrielle et état capitaliste". In: *Sur l'Etat* (Coloquio de Nice, septembre 1976, Bruxelles: Contradictions), pp. 135-54.
- CASTAÑO, Hugo Lopes (1989). *Trabajadores urbanos independientes, ciclo de vida laboral y seguridad social en Colombia*. Medellín: Université de Antioquia (mimeo).
- CASTELLS, Manuel (1976). *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder* (Org. e Trad. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal.
- GIRARD, Christiane (1990). *Religião e política: a representação da cidadania*. Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Tese de Doutorado, em elaboração, mimeo.
- GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac (1984). *L'école de Chicago*. Paris: RES Champ Urbain; Edit. Aubier.
- HABERMAS, Jürgen (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HANNERZ, Ulf (1983). *Explorer la ville: éléments d'anthropologie urbaine* (Trad. de Isaac Joseph). Paris: Les Editions de Minuit.
- MORICE, Alain (1990). "Les travailleurs du bâtiment à João Pessoa (Brésil)". In: *Informalité, formation et emploi: Une comparaison entre la Colombie et le Nordeste brésilien*. Paris: Université de Picardie, GREIT-CREPPRA, pp. 563-627, mimeo.
- KRISCHKE, Paulo (1989). "Carências e sujeitos sociais: uma estratégia para o seu des(en)cobrimiento". In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. IV (2), jul-dez/1989, Departamento de Sociologia, UnB, Brasília.
- LOJKINE, Jean (1977). *Le marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris: Presse Universitaire de France.
- MARQUES PEREIRA, Jaime (1990). "Politiques du secteur informel, libéralisme économique et légitimité de l'état en Amérique Latine - le cas du Brésil". In: *Informalité, formation et emploi: Une comparaison entre la Colombie et le Nordeste brésilien*. Op. cit., pp. 303-385.
- MERCIER, P. A. e outros (1984). *La société digitale: les nouvelles technologies au futur quotidien*. Paris: Editions du Seuil.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (1983). *Les rapports entre politique industrielle et politique urbaine au Brésil*. Amiens: Université de Picardie, Thèse.
- NUNES, Edison (1989). "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". In: *Revista Lua Nova*, n.º 17, São Paulo, junho, pp. 67-92.
- OFFE, Claus (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1989). *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALAMA, Pierre (1989). *Dolarização, ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Nobel.
- SCHMIDT, Benício Viero (1983). *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/L&PM.

Abstract

Revisiting Some Aspects of the Urban Question

This article attempts to place some of the dimensions which characterize contemporary social processes within the field of studies of urban problems.

By searching to break with the ethnocentric tradition which defines the "underdeveloped urban" as the negative pole of a paradigmatic model, central in Western Europe, the author tries to make evident the importance of incorporating world-wide manifestations of social practices as they appear in our society. In that sense, he critically retrieves the major issues of the urban debates in Latin America, stressing some of their limits. At the same time he points out the theoretical and political relevance of the studies about present-day urban problems.

Resumé

Revisitant la Question Urbaine

L'article cherche à delimitier les dimensions qui caracterisent les processus sociaux actuels dans le but de les penser dans le cadre de la question urbaine. Particulièrement il cherche à mettre en evidence l'importance de reflechir sur la mondialisation de pratiques sociales, possible surtout en raison des progrès techniques et scientifiques et d'en comprendre les formes particulieres dans notre societ . Dans ce but, l'auteur fait une lecture critique des principaux axes du debat sur l'urbain en Amerique Latine, en montre certaines limites et indique l'actualité theorique et politique de ces etudes pour notre societ .